



**ATA DA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e dezesseis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Cumprimento os Deputados Amarildo Cruz, Paulo Duarte, Capitão Contar, Evander Vendramini, Antonio Vaz, Zé Teixeira, Gerson Claro, Herculano Borges, Professor Rinaldo, Mara Caseiro, Renato Câmara.

PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Solicito ao Segundo-Secretário, Deputado Herculano Borges, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente! Hoje há três atas a serem lidas, porque houve uma Sessão Ordinária e duas Sessões Extraordinárias. Antes de proceder à leitura, cumprimento Vossa Excelência, Presidente, e os Deputados Jamilson Name, Pedro Kemp, Paulo Duarte, Antonio Vaz, Capitão Contar, Amarildo Cruz, Zé Teixeira, Evander Vendramini, Mara Caseiro, Gerson Claro, Renato Câmara, Professor Rinaldo, João Henrique, Neno Razuk, Marçal Filho e Coronel David. Cumprimento também os servidores desta Casa e quem nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia e pela internet. Leitura das atas. *"Ata da Trigésima Oitava Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Quarenta e Um da Trigésima Sétima Sessão Ordinária. Pelo Senhor Primeiro Secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 988/2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofício nº 685/2022, do Ministério da Infraestrutura; Ofício nº 126.664.073.0548/2022, do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 318 a 321/2022, da Secretaria de Estado de Infraestrutura de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 679 e 721/2022, da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 420/2022, da Fundesporte; Ofícios nºs 386 e 403/2022, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Carta nº 2022042601181/2022, da Oi Telefonia. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os Deputados Herculano Borges, Amarildo Cruz e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Herculano Borges, Renato Câmara, Lidio Lopes, Jamilson Name, Zé Teixeira, Paulo Corrêa, Lucas de Lima e Capitão Contar. GRANDE EXPEDIENTE - Usaram da palavra os Deputados Pedro Kemp e Amarildo Cruz. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 417/21, de autoria dos Deputados João Henrique e Coronel David, apensado ao Projeto de Lei nº 22/2022, de autoria do Deputado Capitão Contar; Projeto*



de Lei Complementar nº 03/2022, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 17/2022, de autoria do Deputado Marcio Fernandes; Projeto de Lei nº 98/2022, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal on-line, o Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2022, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do Deputado Amarildo Cruz, endereçadas aos familiares de Maria Alves dos Santos e Luiz Augusto Garcia; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Felipe Orro, endereçada aos familiares de Ermínio Umar; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Evander Vendramini, endereçada aos familiares de José Toufic Baruki; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Paulo Corrêa, endereçada ao Delegado Rodrigo Alencar Machado Camapum, pela conquista do Prêmio Extraordinário de Master Y Doctorado; requerimentos de moções de Congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara, endereçadas a seis personalidades, pelo Dia do Gari, comemorado no dia 16 de maio; requerimento, de autoria do Deputado Felipe Orro, solicitando que a Doutora Olga Lemos Cardoso de Marco, Defensora Pública, Presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, utilize a tribuna da Assembleia Legislativa no próximo dia 19 de maio; indicações, de autoria dos Paulo Corrêa, Zé Teixeira, Evander Vendramini e Herculano Borges. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão. Antes, porém, convocou uma Sessão Extraordinária para as dez horas e quarenta e oito minutos, e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de maio do ano de dois mil e vinte e dois". "Ata da Segunda Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Extraordinária mista. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Não houve ata nem expediente a serem lidos. **ORDEM DO DIA** - Por acordo de líderes votado em Plenário, foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal on-line, o Projeto de Lei Complementar nº 3/2022, de autoria do Poder Executivo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão Extraordinária. Antes, porém, convocou outra Sessão Extraordinária para as dez horas e cinquenta e oito minutos, e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de maio do ano de dois mil e vinte e dois". "Ata da Terceira Sessão Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Extraordinária mista. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Não houve ata nem expediente a serem lidos. **ORDEM DO DIA** - Por acordo de líderes votado em Plenário, foi aprovado, em redação final e votação nominal on-line, o Projeto de Lei Complementar nº 3/2022, de autoria do Poder Executivo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão Extraordinária, e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de maio do ano de dois mil e vinte e dois". Senhor Presidente, foram lidas as atas.



PRESIDENTE - Em discussão as atas que acabam de ser lidas. Não havendo quem queira impugná-las, dou-as por aprovadas. Solicito ao Deputado Zé Teixeira, Primeiro-Secretário, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente e nobres pares! Expediente da Sessão Ordinária do dia 17 de maio de 2022: Ofício nº 229/2022, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, respondendo à indicação do Deputado Neno Razuk (Prot. nº 25.370/2022); Ofícios nºs 64 a 67/2022, da Senadora Simone Tebet, respondendo às indicações dos Deputados Zé Teixeira, Evander Vendramini e Renato Câmara (Prot. nºs 25.354, 25.352, 25.351, 25.349/2022); Ofício nº 162/2022, da Fundação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do Deputado Paulo Duarte (Prot. nº 25.324/2022); Ofícios nºs 232, 259, 268, 269, 273, 274, 275 e 276/2022, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Créditos de Recursos Financeiros, no âmbito do Programa Planejamento Urbano, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional (Prot. nºs 25.369, 25.347, 25.367, 25.346, 25.366, 25.365, 25.364, 25.363/2022); Ofício nº 737/2022, da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, encaminhando cópia do Termo de Convênio nº 21/2022 (Prot. nº 25.356/2022); Ofício nº 366/2022, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do Deputado Amarildo Cruz (Prot. nº 25.372/2022); Carta nº 05.0233/2022, da Claro Telefonía, respondendo à indicação do Deputado Amarildo Cruz (Prot. nº 25.373/2022). Foi lido o expediente, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Agradeço. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Não há oradores inscritos. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados (*Um projeto de lei e uma indicação, de autoria do Deputado Amarildo Cruz. Projeto de lei que dispõe sobre a obrigação do registro de reclamações apresentadas presencialmente pelos consumidores nas agências bancárias, cooperativas de crédito e correspondentes bancários, estabelecidos no Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 01744/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma à Diretora-Presidente da Agência de Habitação Popular do Estado de MS, Senhora Maria do Carmo Avesani Lopez, solicitando a implementação do Programa Lote Urbanizado para as famílias da ocupação São João, no Município de Três Lagoas (Prot. nº 01736/2022). Dois projetos de lei, de autoria do Deputado Antonio Vaz. Projeto de lei que institui o Programa Idoso Ativo (Prot. nº 01738/2022). Projeto de lei que institui o Programa Alimentação Preventiva (Prot. nº 01737/2022). Oito indicações e duas moções de congratulação, de autoria do Deputado Barbosinha. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Alan Aquino Guedes, Prefeito do Município de Dourados, e ao Senhor Luís Gustavo Casarin, Secretário Municipal de Obras Públicas, solicitando a destinação de recursos financeiros para a construção de cobertura na quadra de esportes do Parque dos Ipês (Prot. nº 01711/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Alan Aquino Guedes, Prefeito do Município de Dourados, e ao Senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, Diretor-Presidente da Concessionária Energisa - Mato



Grosso do Sul, solicitando a modernização do sistema de iluminação do Parque dos Ipês e do Estádio Douradão (Prot. nº 01712/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, Diretor-Presidente da Concessionária Energisa - Mato Grosso do Sul, solicitando a implantação de rede elétrica nas propriedades do Loteamento Estância Nogueira, em Paranaíba (Prot. nº 01713/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e à Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, Secretária de Estado de Educação, ao Senhor Renato Marcílio da Silva, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a construção de uma quadra de esportes na Escola Estadual Padroeira do Brasil, localizada no Assentamento Padroeira do Brasil, em Nioaque (Prot. nº 01714/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, Diretor-Presidente da Concessionária Energisa - Mato Grosso do Sul, solicitando melhorias no atendimento ao consumidor, bem como no fornecimento de energia elétrica no Município de Eldorado (Prot. nº 01715/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, Diretor-Presidente da Concessionária Energisa - Mato Grosso do Sul, solicitando a implantação de rede elétrica nas propriedades do Loteamento Estância Nogueira, em Paranaíba (Prot. nº 01692/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e ao Senhor Alan Aquino Guedes de Mendonça, Prefeito de Dourados, solicitando a elaboração dos projetos técnicos, com quantitativos financeiros e de execução, para a realização das obras de adequação da área da Feira Livre Central João Totó Câmara, em Dourados (Prot. nº 01688/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Senhora Denise Cardoso, nutricionista esportiva da Equipe de Natação do Rádio Clube Campo, pela contribuição nos treinamentos e pela dedicação em prol do bem-estar dos atletas (Prot. nº 01693/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Vitalino Martins, pelos trinta anos de serviços prestados na Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 01710/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao treinador esportivo da Equipe de Natação do Rádio Clube Campo, Senhor José Gehilson da Silva, pela excelência no treinamento dos atletas e pelos resultados expressivos obtidos nas últimas competições nacionais de natação (Prot. nº 01690/2022). Uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Presidente Paulo Valcanaia, da Associação de Criadores de Camapuã, estendida a toda a sua diretoria, pela realização da 42ª Expocam 2022, evento que contou com várias atrações que abrilhantaram a festa (Prot. nº 01708/2022). Uma indicação, de autoria do Deputado Felipe Orro. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Diretora-



Presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, Senhora Marta Rocha, solicitando o aumento do efetivo do quadro de funcionários da Sanesul do Município de Anastácio (Prot. nº 01739/2022). Três moções de congratulação, de autoria do Deputado Herculano Borges. Requeiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação à Raissa Caroline Ferreira de Freitas e à Naiady Ortega, atletas da UFMS que foram vice-campeãs nos Jogos Universitários Brasileiros (Jubs) - Praia 2022, na modalidade Beach Tennis (Prot. nº 01729/2022). Requeiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Major QOBM Aldinei Perez da Silva, que assumiu o comando do 6º Grupamento de Bombeiros Militar (6GBM), na solenidade realizada no dia 9 de maio de 2022, no Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 01730/2022). Requeiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Tenente-Coronel QOBM Danilo Santos Moreira Leite, pela passagem de comando do 6º Grupamento de Bombeiros Militar (6GBM), na solenidade realizada no dia 9 de maio de 2022, no Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 01731/2022). Três indicações, de autoria do Deputado Jamilson Name. Indico à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Antonio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a destinação de duas viaturas novas, tipo caminhonete ou modelo SUV, equipadas com compartimento (xadrez) para transporte de presos, porta-armas, adesivada e padronizada (Polícia Penal - MS), ao Setor de Guarda Externa e Escolta de Presos ou Hospitalar da Penitenciária Estadual de Dourados (Prot. nº 01720/2022). Indico à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco na Rua Vaz de Caminha, entre as Rua Era Atômica, Indianópolis, Da Conquista e Das Perdizes; bem como na Rua Indianópolis com a Rua Dois Irmãos, no Bairro Jardim Noroeste (Prot. nº 01721/2021). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Aud de Oliveira Chaves, Diretor da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul, solicitando providências urgentes com relação ao mau cheiro que exala do Presídio de Segurança Máxima desta Capital, que tem ocasionado diversos transtornos aos moradores do Bairro Jardim Noroeste (Prot. nº 01722/2022). Sete moções de congratulação, de autoria do Deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação à Senhora Clediane Areco Matzenbacher, Prefeita Municipal de Jardim, com cópia ao Senhor Glaucio Cabreira da Costa, Presidente da Câmara Municipal, pelo aniversário do município, que será comemorado no dia 14 de maio (Prot. nº 01705/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Carlos Alberto Pelegrini, Prefeito Municipal de Tacuru, com cópia ao Senhor João Miguel Fernandes, Presidente da Câmara Municipal, pelo aniversário do município, que será comemorado no dia 13 de maio (Prot. nº 01696/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor



Francisco Piroli, Prefeito Municipal de Sete Quedas, com cópia ao Senhor Nilton de Moura, Presidente da Câmara Municipal, pelo aniversário do município, que será comemorado no dia 13 de maio (Prot. nº 01686/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Thalles Henrique Tomazelli, Prefeito Municipal de Itaquiraí, com cópia ao Senhor Jefferson Rodrigo Lopes, Presidente da Câmara Municipal, pelo aniversário do município, que será comemorado no dia 13 de maio (Prot. nº 01685/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Valdomiro Brischiliari, Prefeito Municipal de Mundo Novo, com cópia ao Senhor Paulo Lourenço da Silva Neto, Presidente da Câmara Municipal, pelo aniversário do município, que será comemorado no dia 13 de maio (Prot. nº 01684/2022). Requeiro à Mesa, observadas às disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, seja encaminhada moção de aplausos à Federação Estadual de Judô, em nome de seu Presidente, Senhor José Ovidio Duarte da Silva, pela realização do Campeonato Brasileiro de Judô - Região IV, realizado entre os dias 29 de abril a 1º de maio (Prot. nº 01683/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Luiz Valdir Sartor, Prefeito Municipal de Deodópolis, com cópia ao Senhor Carlos de Lima Neto Junior, Presidente da Câmara Municipal, pelo aniversário do município, que será comemorado no dia 13 de maio (Prot. nº 01682/2022). Cinco indicações, de autoria do Deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa, na forma do disposto no artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, Prefeita Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a limpeza das calçadas da Rua Petrópolis, no Bairro Vila Anahy (Prot. nº 01706/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando a execução do serviço de patrolamento e encascalhamento da Rua Alfredo Antunes Lopes, no Residencial Flores (Prot. nº 01695/2022). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando a troca de lâmpadas na Rua Bertha Lutz, número 235, no Bairro Vida Nova (Prot. nº 01680/2022). Indico à Mesa, na forma do disposto no artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, Prefeita Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando a implantação de um semáforo na Avenida Rita Vieira de Andrade, na rotatória que dá acesso a vários bairros (Prot. nº 01679/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando a limpeza,



patrolamento e o encascalhamento da Rua Retiro Novo, no Bairro Pênfigo (Prot. nº 01678/2022). Uma moção de pesar e uma indicação, de autoria do Deputado Neno Razuk. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à esposa, Senhora Gilda Buainain, e aos filhos do Senhor Jardel Barcellos de Paula, em decorrência do falecimento, ocorrido no dia 11 de maio de 2022, no Rio de Janeiro (Prot. nº 01681/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Saúde, Senhor Flávio Brito, solicitando a abertura do Centro de Hemodiálise no Município de Naviraí (Prot. nº 01716/2022). Uma moção de pesar e uma indicação, de autoria do Deputado Paulo Corrêa. Requeiro à Mesa, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares de Nelcy Chaia (Prot. nº 01719/2022). Indico à Mesa, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja Silva, Governador do Estado, com cópia ao Senhor Jaime Elias Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, solicitando reparos na Represa Lagoa Comunidade Sete de Setembro, no Assentamento Itamarati II, no Município de Ponta Porã (Prot. nº 01732/2022). Um requerimento e cinco indicações, de autoria do Deputado Pedro Kemp. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja concedido o uso da Tribuna, no dia 24 de maio de 2022, no tempo regimental, durante a Sessão Ordinária, para o Senhor Pedro Nicolich, representante da Federação Sul-Mato-Grossense de Cultura e Etnia Cigana, que falará sobre o Dia Nacional e Estadual do Povo Cigano (Prot. nº 01733/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Jair Leite Viana, Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde, com cópia ao Senhor Anízio Sobrinho de Andrade, Prefeito Municipal de Paraíso das Águas, solicitando a regularização do fornecimento de água no Assentamento Mateira (Prot. nº 01717/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Eduardo Rocha, Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, com cópias à Senhora Ana Carolina Araujo Nardes, Secretária de Estado de Administração e Desburocratização, e à Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, Secretária de Estado de Educação, encaminhando as reivindicações dos agentes de segurança patrimonial relativas ao avanço do processo de terceirização do serviço de vigilância patrimonial nas escolas estaduais (Prot. nº 01735/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Flavio da Costa Britto Neto, Secretário Estadual de Saúde, solicitando medidas urgentes no sentido de implantar uma Unidade de Hemodiálise no Hospital Regional de Nova Andradina (Prot. nº 01734/2022). Solicito à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispões o artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da Senhora Maria de Lourdes Cândida Marques, em razão do seu falecimento, ocorrido no Município de Campo Grande (Prot. nº 01728/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Antonio Carlos Videira, Secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando reforço no policiamento ostensivo na Avenida Senador Antônio Mendes Canale, especialmente em frente ao



Condomínio Edifício Parque Castelo de Luxemburgo, Bairro Pioneiros (Prot. nº 01727/2022). Um requerimento e um projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Rinaldo. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, a disponibilização do Plenário Júlio Maia para a realização de solenidade em alusão ao Jubileu de fundação da Igreja Assembleia de Deus de Mato Grosso do Sul, no dia 27 de junho de 2022, às dezenove horas (Prot. nº 01740/2022). Projeto de lei que dispõe sobre a isenção em concurso público para os jurados que fizerem parte do Conselho de Sentença – Tribunal do Júri (Prot. nº 01741/2022). Três indicações, uma moção de pesar e nove moções de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcilio da Silva, solicitando o recapeamento asfáltico das vias dos Bairros: Jardim Paulista, Jardim Caramuru, Jardim Marabá, Jardim Marília, Jardim Murakami, Vila Maxwel, Vila Alba, Vila Melo, Vila Lili, Vila Mary, Altos da Monte Alegre, no Município de Dourados (Prot. nº 01694/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Fazenda, Senhor Lauri Luiz Kener, e à Prefeita Municipal de Sidrolândia, Senhora Vanda Cristina Camilo, solicitando agilidade na liberação dos recursos do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas de Mato Grosso do Sul (Proacin) para atender os pequenos produtores da Associação Indígena de Agricultores de Sidrolândia (Associação Mamedes) e da Associação Indígenas de trabalhadores da Aldeia Córrego do Meio (Assintacom), localizadas no Município de Sidrolândia (Prot. nº 01689/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcilio da Silva, solicitando a pavimentação asfáltica no final da Rua Antonio Venial, no Bairro São Braz, no Município de Dourados (Prot. nº 01687/2022). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Natalino Aparecido de Barros, popularmente conhecido como Natal de Barros, falecido no dia 15 de maio de 2022 (Prot. nº 01718/2022). Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Salão Mara Cabeleireira, pela comemoração de seus dezesseis anos de atividades (Prot. nº 01691/2022). Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação, pelo Dia do Gari, comemorado em 16 de maio, às seguintes pessoas: Senhor Waldemar da Silva Jesus (Prot. nº 01697/2022); Valmir Vieira da Silva (Prot. nº 01698/2022); Valcir Galdino dos Santos Freitas (Prot. nº 01699/2022); Rogério Francisco Rosa (Prot. nº 01700/2022); Paulo Roberto Janúncio de Lima (Prot. nº 01701/2022); Paulo Ricardo Silva Jesus (Prot. nº 01702/2022); Orestes Soares Mendes Junior (Prot. nº 01703/2022); Miguel Cavalcante Monteiro (Prot. nº 01704/2022). Quatro indicações, de autoria do Deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, solicitando que o Estado doe ao Município de Dourados o terreno



localizado na Rua Onofre Pereira de Matos, número 1842, onde se encontra edificada a Escola Municipal Joaquim Murtinho (Prot. nº 01726/2022); Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando a pavimentação asfáltica das Rodovias MS-156 e MS-470 no Município de Rio Brillhante (Prot. nº 01725/2022); Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando a pavimentação asfáltica da MS-465, conhecida como Estrada do Suez, no Município de Rio Brillhante (Prot. nº 01724/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando a pavimentação asfáltica nas Ruas da Vila Carolina, no Município de Jardim (Prot. nº 01723/2022). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o Deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o Deputado Coronel David. Com a palavra, o Deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de quinze minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu venho apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Flavio da Costa Brito Neto, Secretário de Estado de Saúde, a implantação, em regime de urgência, de uma unidade de hemodiálise no Hospital Regional de Nova Andradina. Justificativa: os renais crônicos do município e da Casa Verde estão sendo encaminhados para atendimento em cidades distantes, como Dourados, Ponta Porã e Bataguassu, pois Nova Andradina ainda não possui unidades que ofereçam o serviço de hemodiálise. A solicitação é, portanto, para que o procedimento seja feito no local. Alguns pacientes precisam fazer hemodiálise três vezes por semana, tendo que se submeter a viagens de até um dia inteiro, ida e volta. Além do tempo em que os pacientes ficam nas máquinas de hemodiálise, ainda têm de enfrentar as viagens longas e perigosas. Afinal de contas, acidentes e percalços podem ocorrer pelo caminho. Dessa forma, para levar maior qualidade ao tratamento dos renais crônicos de Nova Andradina, Batayporã, Taquarussu e do próprio Distrito de Casa Verde, solicitamos medidas urgentes no sentido de se implantar uma unidade de hemodiálise no Hospital Regional de Nova Andradina. Eu estive lá, Presidente, no último final de semana, conversei com moradores do Distrito de Nova Casa Verde e com moradores de Nova Andradina. E as pessoas relataram o sofrimento daqueles que têm de fazer hemodiálise, três vezes por semana. O paciente precisa se levantar de madrugada e se deslocar para o distante Município de Dourados, por exemplo, que fica a cento e setenta e três quilômetros de Nova Andradina, ou para Bataguassu, que também não é muito próximo. E como eu disse, além da hemodiálise, que já é um procedimento penoso, ainda há a questão da viagem. É triste, senhores. Embora a hemodiálise seja indispensável para a sobrevivência e para a qualidade de vida do paciente, ele acaba passando muito tempo de sua vida em função desse procedimento. Diante do exposto, solicitamos a instalação de uma máquina de hemodiálise no Hospital Regional de Nova Andradina. Agora, eu vou falar do resultado da audiência pública que realizei semana passada,



neste Plenário, com os agentes de segurança patrimonial que atuam nas escolas estaduais e em outros órgãos da administração estadual. Nosso objetivo foi discutir a terceirização deste serviço, que está ocorrendo gradativamente nos órgãos da administração pública. O Plenário estava lotado de agentes de segurança patrimonial, da Capital e do interior. A categoria está preocupada, está, na verdade, denunciando o não cumprimento da Lei nº 3.093/2005, que implantou o serviço de segurança patrimonial nas escolas, na Defensoria Pública, no Detran e em outros órgãos. Os servidores relatam que, aos poucos, o governo tem retirado os agentes das escolas estaduais, muitas vezes removendo-os para outros órgãos ou substituindo-os por câmeras de monitoramento, deixando o local desprotegido. A terceirização é algo preocupante. Quando um servidor efetivo, concursado, é substituído por um contratado, é ruim, uma vez que o trabalhador da empresa privada não tem vínculo com a administração pública, não tem vínculo com a escola; e a rotatividade desses trabalhadores é muito grande. Hoje é um, amanhã é outro, e depois de amanhã pode ser outro trabalhador. Ou seja, ele acaba não criando vínculo com a escola. E, pior, em algumas unidades não há nem agente patrimonial nem trabalhador terceirizado, há um sistema de monitoramento por câmeras. Nesse caso, não há no local uma pessoa para atender a uma ocorrência, para tomar uma providência, caso a escola seja invadida por meliantes, por gangues, por traficantes... Então, as escolas estão preocupadas com a terceirização progressiva do serviço de segurança. Várias unidades escolares, inclusive, não possuem nem câmeras, nem segurança patrimonial. Para os senhores terem uma ideia, hoje, nós temos no Estado... Eu recebi um ofício do Conselho de Diretores da Capital (Condec) apoiando a nossa luta pela permanência dos agentes patrimoniais nas escolas. Ou seja, o conselho é contrário à substituição dos agentes efetivos por trabalhadores terceirizados, porque sabem que os agentes estão nas unidades há praticamente vinte anos. Eles praticamente fazem parte do grupo de funcionários das escolas, eles conhecem os professores, os funcionários, os alunos, sabem quem entra e quem sai, se quem chega é aluno, se não é. Os agentes já impediram furtos, roubos, já impediram a entrada de traficantes na escola. Então, eles são extremamente importantes para a comunidade escolar e são da confiança dos diretores. Além disso, vale lembrar que os alunos já conhecem os agentes de segurança patrimonial, têm total confiança no trabalho deles, assim como os pais de alunos. O Condec disse, no e-mail que recebi, que, hoje, os agentes patrimoniais atuam em duzentas e vinte e quatro escolas da Rede Estadual de Ensino. Porém, outras cento e trinta e nove não contam nem com o serviço de agentes patrimoniais nem com os sistemas de segurança subsidiados pelo governo. Então, praticamente um terço das unidades escolares estão sem a presença de agentes de segurança patrimonial. Isso deixa a escola desprotegida no período noturno e nos finais de semana. Os diretores estão preocupados com a possibilidade de os agentes, de os servidores efetivos serem retirados das escolas. Outro dado importante a se registrar é que os diretores das escolas estão preocupados com a questão da terceirização. Esse assunto, inclusive, já foi abordado pelo representante da Associação em Defesa dos Servidores de Segurança Patrimonial na audiência pública que realizamos. E a terceirização não é um bom negócio para o Estado. Não é um bom negócio porque a terceirização é mais onerosa do que a contratação de novos servidores, via concurso público. Veja! Quando é feita a terceirização, o Estado tem de remunerar a empresa contratada, e, como se sabe, a empresa privada precisa lucrar,



ela não vai prestar um serviço por caridade. Toda empresa privada visa ao lucro. Então, para o Estado fica muito mais caro contratar uma empresa terceirizada, um serviço terceirizado, do que abrir um concurso público para contratar mais agentes de segurança patrimonial.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Um aparte, Deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Com certeza, Deputado Coronel David. É uma satisfação ouvi-lo.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Deputado, eu trago aqui a experiência de um profissional da área de segurança pública. A tecnologia é bem-vinda em vários setores da sociedade, mas no que tange à segurança pública, ela ajuda, ela complementa o trabalho do policial e do agente patrimonial, no entanto, nada substitui o homem, a mulher, o profissional da segurança. Então, eu me somo a Vossa Excelência por entender que as escolas ficarão prejudicadas, se os agentes efetivos forem substituídos por trabalhadores contratados.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Eu acolho o aparte de Vossa Excelência, na íntegra, e agradeço o seu apoio. Se quiser assinar conosco a reivindicação, fique à vontade. E eu gostaria de reforçar o que o senhor disse. A tecnologia ajuda, aprimora o serviço, mas não substitui o ser humano. Câmeras e quaisquer dispositivos de segurança são muito bem-vindos; mas, se for para aprimorar o sistema de segurança das escolas, não para eliminar a presença do agente de segurança patrimonial. Ora, se a escola tiver apenas uma câmera, apenas um sistema de monitoramento, e ocorrer um furto, a direção vai acionar a empresa de segurança, e até chegar alguém no local, a Inês, por exemplo, já foi morta. Então, nós não somos contrários à modernização do sistema, à instalação de câmeras, nós apenas defendemos que isso não dispensa o agente de segurança patrimonial, que precisa estar no local, caso sejam necessárias medidas imediatas para garantir a segurança dos alunos e dos servidores da unidade escolar. Concedo um aparte ao Deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Deputado Pedro Kemp, parabéns pela realização da audiência pública! Este tema é extremamente importante, afinal de contas, o patrimônio público precisa ser protegido. O concurso foi realizado para mostrar que todos os governos precisam se preocupar com a proteção dos bens públicos. Como Vossa Excelência bem disse, e foi apoiado pelo Deputado Coronel David, não há como substituir o trabalho de uma pessoa preparada, que presta concurso, que faz cursos preparatórios, que se especializa, por um simples monitoramento de câmeras. Esse tipo de atitude parece uma tentativa não somente de economizar, mas, principalmente, de não tratar adequadamente, com zelo, dos prédios públicos. É importante relatar que, mesmo com agentes patrimoniais cuidando dos prédios públicos, ocorrem vandalismos, ataques, problemas diversos. Agora, se substituir o servidor efetivo por uma mão de obra terceirizada, que, com certeza, será menos remunerada, porque a empresa que vai ganhar a licitação precisa lucrar, corre-se o risco de o serviço ser realizado de forma menos eficiente. Quanto à implantação



de monitoramento por câmeras, eu quero dizer que isso não é justificativa para retirar os agentes patrimoniais dos prédios públicos. Em um condomínio, por exemplo, há câmeras instaladas em todos os lugares, mas isso não substitui o porteiro. Então, eu me somo a Vossa Excelência nessa luta para preservar essa categoria que desempenha a tão importante função de proteger o patrimônio público.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Obrigado, Deputado Amarildo Cruz. Eu acolho o aparte de Vossa Excelência. Para finalizar, Senhor Presidente, eu gostaria de relatar as reivindicações dos agentes de segurança patrimonial expostas na audiência pública.

PRESIDENTE - Deputado, Vossa Excelência dispõe de um minuto.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Primeira. Cumprimento da Lei Estadual nº 3.093/2005. Segunda. Valorização dos agentes patrimoniais, por meio da realização de novos concursos públicos para suprir as vagas existentes; bem como oferecimento de qualificação profissional e treinamento de pessoal para atuação nas unidades escolares. Terceira. Exclusão imediata da possibilidade de terceirização dos serviços de segurança patrimonial, face às experiências negativas já vivenciadas no Hospital Regional de Ponta Porã. Quarta. Ampliação do sistema de monitoramento eletrônico para auxílio ao trabalho dos agentes patrimoniais. Para finalizar, quero lembrar que a administração do Hospital Regional de Ponta Porã foi terceirizada, e o que ocorreu? Denúncias de desvio de recursos, gastos acima do previsto, problemas relacionados a procedimentos, descontentamento da população. Depois, a primeira empresa teve que ser substituída. Então, como vemos, a terceirização não é a solução, ainda mais em se tratando de proteção à vida e ao patrimônio público. Queremos a realização de concurso público, não a terceirização. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Registro, nesse momento, a visita do ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-governador de Mato Grosso do Sul, Senhor André Puccinelli. Eu gostaria que ele saudasse os Senhores Deputados.

SENHOR ANDRÉ PUCCINELLI - Presidente Paulo Corrêa, Deputados Herculano Borges, Coronel David, Paulo Duarte, Amarildo Cruz, Pedro Kemp, Jamilson Name, Mara Caseiro, demais Deputados, bom dia! Confesso que tenho saudades do período em que trabalhei aqui; foi um período de grande aprendizado com meu amigo, hoje, adversário político, Londres Machado, que, à época, presidiu a Casa. Ele era duro, mas era um cumpridor de palavras. Tenho saudades dos meus dois mandatos (1987 a 1990 e 1991 a 1994). Aos amigos, aos companheiros ou não companheiros momentaneamente, quero desejar sucesso na pré-campanha, independentemente de partido. Que possamos, todos, olhando para o futuro confluir, lá na frente, independentemente de quem seja eleito ao governo. Capitão Contar, agora que eu o vi. Eu até disse para o Paulo: olha como aquele rapaz é parecido com o Capitão Contar. E era você. Um abraço a todos! Felicidades! Obrigado, Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul!



PRESIDENTE - Agradeço, em nome da Assembleia Legislativa, a visita do senhor ex-governador André Puccinelli. Encerrado o Grande Expediente.

DEPUTADO PAULO DUARTE - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE - Eu estou com uma dúvida, Senhor Presidente. Nós votamos aqui aquele valor, importantíssimo, que a CPI solicitou para aferição dos medidores de energia. Quero apenas confirmar: é o laboratório do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo que fará a aferição? Porque nós temos uma relação... Eu estava discutindo com os Deputados Pedro Kemp e Amarildo Cruz sobre o fato de o laboratório da Universidade não estar certificado. Inclusive, a RBC, que é a rede que cuida das empresas credenciadas, está dizendo que o laboratório está suspenso desde 25 de fevereiro de 2021...

PRESIDENTE - Não está credenciado onde? No Inmetro?

DEPUTADO PAULO DUARTE - No Inmetro. No sistema nacional. Eu só quero confirmar, porque todos nós temos interesse no resultado da CPI. E a Assembleia vai pagar pelo serviço.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Muito obrigado, Deputado Paulo Duarte. Isso será levado em conta. Se Vossa Excelência me passar uma cópia desse documento, eu vou comunicar oficialmente ao relator da CPI.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Deputado, depois eu quero falar sobre este tema, porque tenho uma dúvida também.

DEPUTADO PAULO DUARTE - Deputado Contar, é empresa que vai fazer a verificação nos aparelhos? Porque segundo informações que nós temos aqui ela não está certificada, está suspensa desde 25 de fevereiro de 2021.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Senhor Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Capitão Contar, relator da CPI da Energisa.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - As análises e os ensaios dos relógios recolhidos pela CPI não serão aferidos por empresas, e sim por uma instituição renomada, a Politécnica de São Paulo. Os aparelhos da universidade são todos calibrados e respeitam as normas técnicas estabelecidas por lei e pelo próprio Inmetro. Então, pode ter certeza, Deputado Paulo Duarte, que essa abordagem, que também foi questionada pelo advogado representante da empresa, será sanada nos autos da CPI. E não há qualquer impedimento, até porque a norma, Presidente, não



obriga que a instituição seja credenciada pelo Inmetro. Então, a CPI está coberta pelas normas técnicas, está muito bem amparada e prossegue realizando o trabalho de coleta dos relógios.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Herculano Borges.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Parabéns ao Deputado Paulo Duarte pela preocupação! Acredito que a empresa vai acompanhar, e se houver, Deputado Contar, alguma dúvida, eles vão acessar a Justiça. Mas nós precisamos adotar medidas de precaução para que a Casa não tenha prejuízos futuros por escolher uma empresa não certificada pelo Inmetro para aferir os relógios. Acho pertinente a preocupação do Deputado Paulo Duarte. Tenho certeza de que Vossa Excelência está cuidando de tudo, para que a Casa não fique no prejuízo. Era isso.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Eu penso que prejuízo maior é o cidadão não saber se o seu relógio está funcionando corretamente ou não. O principal objeto da CPI da Energisa é verificar isso. Os trabalhos estão respeitando todas as normas técnicas, e caso a empresa se encontre numa posição juridicamente desfavorável, ela poderá impugnar isso no momento certo. Mas, antes que isso aconteça — e se depender de nós, do nosso trabalho, isso não vai acontecer —, nós traremos uma resposta aos consumidores sul-mato-grossenses, de acordo com a norma técnica, com toda lisura e transparência. A empresa está fazendo a retirada dos últimos relógios. Tudo está sendo supervisionado pelos representantes da Energisa. E esta semana ainda, se Deus quiser, encaminharemos os relógios para a Politécnica de São Paulo. Nós teremos um prazo para as aferições e para a emissão dos laudos; depois teremos um relatório que poderá nos dizer qual é a situação dos medidores.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE - Só para esclarecer. Na verdade, a mim não interessa o que os advogados da empresa dizem. Mas, eu fui membro da CPI da Enersul. Inclusive, aquela foi a primeira vez na história que uma empresa devolveu dinheiro ao consumidor. Eu participei da CPI e Vossa Excelência era presidente. A única dúvida é com relação à situação do credenciamento. Claro que a empresa fará o que bem entender; ela tem advogados bons, pagos, e muito bem pagos, para isso. Mas a questão é se isso pode acarretar problemas no futuro. Claro que a empresa pode contestar. Mas, se ela contestar algo gritante, que vá dificultar ou postergar o resultado, a gente precisa saber para se prevenir. Nós apoiamos a CPI, mas sabemos que a empresa tem um quadro de advogados preparados para contestá-la. Eu não estou me metendo no seu trabalho, e nem sou membro da CPI, eu apenas tenho a preocupação de o laboratório contratado não constar entre aqueles certificados pelo Inmetro.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Presidente, pela ordem.



PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Herculano Borges. Depois, para a tréplica, o Deputado Capitão Contar.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Presidente, eu estou pedindo a palavra. Todos já falaram duas vezes.

PRESIDENTE - Só um pouquinho. Deixem o relator concluir. Com a palavra, o Deputado Herculano Borges.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Quero reafirmar o meu apoio à CPI. Mas a preocupação do Deputado Paulo Duarte é pertinente. A torcida desta Casa é que a CPI obtenha o resultado esperado e que os trabalhos sejam feitos de modo correto. Se a Energisa estiver lesando o consumidor — e existe essa possibilidade —, que as providências cabíveis sejam tomadas e que nem a Casa nem a população tenham prejuízos futuros. A gente não pode errar, Deputado Contar. Que Vossa Excelência e os membros da CPI sejam sábios e façam um bom trabalho.

PRESIDENTE - Com a palavra, para a tréplica, o Deputado Capitão Contar.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Senhor Presidente, eu quero trazer dois fatos. Primeiro. A norma técnica diz que os laboratórios, aliás, que os ensaios *podem* ser realizados em laboratórios credenciados pelo Inmetro, não diz que *devem*. Inclusive, isso foi um alvo do mandado de segurança impetrado pela empresa. Ela trocou o termo *pode* por *deve*. O mandado de segurança foi procedente em favor da CPI. Segundo. Por conta da pandemia, todos os laboratórios, todos os institutos do Brasil não renovaram o credenciamento, a aferição e calibração dos equipamentos. A Poli se comprometeu a entregar, antes que os trabalhos se iniciem, a comprovação de calibração dos equipamentos, que não é obrigatória, conforme a norma técnica. Então, os Senhores Deputados podem ter a certeza e a segurança de que a CPI está amparada pela norma técnica. Se a empresa sentir-se lesada, ela poderá impugnar, a qualquer momento, de acordo com o que o seu time jurídico interpretar. Mas nós continuaremos a fazer o nosso trabalho. Nós estamos aqui defendendo o interesse do cidadão, não o interesse da empresa. Que isso fique bem claro. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Felipe Orro, Presidente da CPI da Energisa.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Presidente, hoje de manhã eu recebi um telefonema dos advogados da Energisa, e eles disseram as mesmas coisas que os colegas. Mas isso já foi alvo de mandado de segurança por parte da empresa, e o TJ já julgou o caso a favor da CPI. Então, isso aí não é impeditivo. Se no Brasil há inúmeros laboratórios... Eu não estou falando de empresa privada, estou falando da maior universidade pública do Brasil, a USP. A Politécnica da USP é referência no País em termos de estudos sobre a energia. Por isso, nós faremos a análise dos relógios na Politécnica da USP. O laboratório foi muito questionado pela Energisa, inclusive judicialmente, mas não havia lugares mais baratos para fazer o serviço. E por



falar em custos, nunca houve na história da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul uma CPI instaurada sem orçamento. E esta CPI teve orçamento zero. As viagens a São Paulo, as andanças, todas as despesas da CPI foram custeadas pelos gabinetes dos Parlamentares. A Casa vai pagar a perícia para a USP, transação essa que não exige licitação, por ser feita com uma instituição pública, não com uma empresa privada. Então, nós precisamos fazer essa perícia e responder à população de Mato Grosso do Sul. Se nós errarmos, responderemos por isso. O que é justo é bom para todo o mundo. A Assembleia tem uma responsabilidade com a população. A CPI passou por enormes percalços, componentes saíram; tivemos problemas de ordem judicial que ficaram emperrados por um bom tempo; houve a pandemia etc. Agora que nós estamos caminhando para a etapa de realização da perícia e de análise de outros pontos que, além dos relógios, geraram questionamentos. Ademais, nós cumprimos o prazo da prorrogação e vamos apresentar os resultados à sociedade. Nós não podemos questionar nada antes de o resultado sair. Repito, o questionamento feito pelos colegas e também pela Energisa já foi julgado a favor da CPI pelo Tribunal de Justiça do Estado. Portanto, nós não temos mais razões para discutir este assunto, temos que avançar. O bloco tinha que indicar um novo membro para a reunião de amanhã. Parece-me que já indicaram um. Isso ajuda no desenrolar dos trabalhos da CPI. Eu agradeço à Mesa Diretora e aos demais colegas que votaram favoravelmente ao pagamento da perícia que será feita pela USP.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Um aparte, Deputado?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Quero ressaltar que esta foi a única CPI feita sem orçamento. As outras tiveram custos bastantes grandes. Esta perícia não representa 5% do que custaram as outras CPIs. A Casa vai pagar apenas essa perícia, as demais despesas foram arcadas pelos Parlamentares. Somente isso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Senhor Presidente, como Primeiro-Secretário e como moderador das despesas da Casa, eu não acredito que estou ouvindo isso, porque a CPI é tocada pela Casa. Para tanto, é necessária a participação de servidores concursados. A CPI precisa de assessoria jurídica. E a Casa tem mais de dez advogados concursados, os quais ficaram à disposição da CPI. As despesas da CPI, com locação de carro, com viagens, por exemplo, são bancadas pela Primeira-Secretaria, quando são apresentadas as notas fiscais. O Deputado está correto ao dizer que as outras CPIs tiveram orçamento. Na verdade, elas abriram conta particular. Realmente, no passado, depósitos grandiosos foram feitos em contas particulares de CPI, para depois o valor aparecer na prestação de contas. Agora, o que o nobre Deputado está dizendo não procede, porque tudo que ele apresentar, se tiver nota, se estiver dentro da legalidade — como foi na questão da emissão do laudo técnico dos medidores, serviço para o qual foi feita a licitação, a tomada de preço —, será bancado pela Casa. Não existe orçamento em conta particular, porque isso não está dentro da legalidade. Isso é coisa do passado. Eu, como Primeiro-Secretário, não concordei com isso. Na época, eu falei com Vossa Excelência, como falei com o Junior

Mochi. Então, não existe conta particular de CPI. A Casa pagou pelo serviço da instituição de São Paulo, e se o senhor tiver mais notas a apresentar, de locomoção, de locação de carro, de viagem, de transporte, a Casa vai bancar. Agora, de fato, não foi como no passado, época em que parlamentares abriram conta e depositaram coisa de quinhentos mil reais para CPIs, que nem prestaram contas. Não é ilegal a Casa bancar despesas de CPI, se tudo for feito dentro dos parâmetros legais. Somente isso, Presidente.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Pela ordem, Presidente.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Pela ordem, Presidente. Exatamente. O Deputado Zé Teixeira, Primeiro-Secretário, reiterou o que estou dizendo. Esta é a primeira CPI que não teve autonomia financeira e que não teve orçamento. O senhor não está todos os dias na Casa para eu lhe falar a todo instante sobre os problemas da CPI. Mas não há problemas. Agora, se outras CPIs, como o senhor está dizendo, nem prestaram contas, é até bom a gente saber quais foram elas. Acho que nós vamos ter que verificar essas contas. Se as CPIs não prestaram contas, elas não poderiam ter sido aprovadas. Mas é fato que a nossa CPI foi a primeira que não teve orçamento mesmo, e eu concordo, porque essa economia é importante para a população. A bem da justiça, todas as outras CPIs deveriam ter sido feitas assim, sem orçamento.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o relator.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Apenas para esclarecer dois pontos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Senhor Presidente, pela ordem.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Eu vou deixar o Deputado Zé Teixeira falar primeiro porque ele está on-line. Depois eu faço os esclarecimentos.

PRESIDENTE - Perfeitamente. O Deputado Zé Teixeira está on-line. Se ele puder fazer o contraponto. Na verdade, eu acho que essa discussão é inócua. A Mesa Diretora tomou a decisão. Deputado Felipe Orro, se Vossa Excelência tem algum problema com o fato de a sua CPI não ter orçamento, apresente por isso escrito. As decisões sobre a CPI foram tomadas por mim e pelo Deputado Zé Teixeira. Nós fomos eleitos pelos vinte e quatro Deputados para administrar a Casa. Nós não demos porque o senhor tem assessoria. Se o senhor está descontente, venha falar conosco, tenha a hombridade de falar conosco pessoalmente, não on-line, tranquilo, achando que isso vai ficar assim. Isso não cola. Inclusive, foram aprovados mais dois assessores para cada Deputado. E nunca um relator de CPI reclamou disso. A única pessoa que está reclamando é o senhor. Então, se o senhor quiser reclamar de alguma coisa, seja claro. Se Vossa Excelência apresentar as notas fiscais referentes às despesas da CPI, a Casa vai bancar. Agora, quem arca com as despesas da



Assembleia é o Presidente e o Primeiro-Secretário. Passo a palavra ao Deputado Capitão Contar.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Presidente, quero registrar que a Mesa Diretora acolheu, está acompanhando e confiando nos trabalhos da CPI.

PRESIDENTE - Perfeitamente.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Presidente, quero agradecer ao senhor e à Mesa Diretora a sensibilidade. Nós estamos fazendo um trabalho sério, que trará resultados para a sociedade. Quero deixar claro para quem está nos assistindo que a CPI tem um caráter investigativo. Logo, não há por que temer. Eu não entendo a preocupação da empresa em abordar os Deputados para discutir novamente essa questão aqui na Casa. Nós estamos aqui por causa dos interesses do cidadão, não pelos interesses da Energisa. A investigação será feita, e se houver algo errado, se algum relógio estiver operando de forma anormal, o Ministério Público vai tomar as devidas providências. A nossa Casa vai cumprir o seu papel, que é investigar. Obrigado.

DEPUTADO LIDIO LOPES – Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Zé Teixeira. Logo depois, eu concedo a palavra ao Deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Deputado Felipe Orro, o protocolo das despesas não é feito comigo, pessoalmente, é feito na Primeira-Secretaria. O pagamento é feito de forma on-line. Como o senhor disse, eu não estou sempre na Casa; mas o pessoal do meu gabinete está. O protocolo pode ser feito na Primeira-Secretaria ou na Presidência. As despesas que tiverem nota fiscal, se forem protocoladas, serão bancadas pela Casa. O Deputado Capitão Contar disse que está sendo realizado um trabalho sério. Então, tudo que estiver dentro da legalidade, será pago pela Casa. Agora, não há razão para se fazer um orçamento paralelo para nenhum tipo de trabalho. Se o senhor apresentar a documentação das despesas, dentro da lei, a Casa bancará normalmente, assim como bancou agora a perícia. Muito obrigado.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Presidente, só para esclarecer. Eu nunca reclamei disso, nem para o senhor, nem para o Primeiro-Secretário. Quem falou sobre despesa foram os colegas, eu só reiterarei que a nossa CPI foi a primeira que não recebeu orçamento.

PRESIDENTE - Perfeitamente.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Mas eu não estou reclamando, até porque o senhor atendeu a tudo que solicitamos.



PRESIDENTE - Agradeço, Deputado, a justeza, até porque o Deputado Zé Teixeira assina comigo as documentações relativas a despesas. Com a palavra, o Deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Senhor Presidente e nobres pares, bom dia! Eu ouvi atentamente os colegas e fiquei preocupado com o que foi dito pelo Deputado Paulo Duarte. O trabalho da CPI é investigar. Agora, quando uma CPI é instaurada e não há em Mato Grosso do Sul instituições competentes e credenciadas pelo Inmetro para prestar os serviços necessários, abrem-se precedentes para as empresas investigadas fazerem questionamentos de cunho jurídico. E só a título de esclarecimento ao Deputado Capitão Contar, não é questão de medo de investigação. Acho que qualquer empresa pode ser investigada. Quando esta Casa instaura uma CPI, é para fazer investigação. A questão é que a Energisa não atende somente Mato Grosso do Sul, ela atende inúmeros Estados. E qual é o problema? Quando você enfrenta uma CPI num Estado, você cria um monte de problemas e inseguranças jurídicas em vários outros Estados também. Apenas isso, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE - OK! Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 417/2021. Autores: Deputados João Henrique e Coronel David (foi apensado a este projeto, por determinação do Presidente, o Projeto de Lei nº 022/2022, de autoria do Deputado Capitão Contar). "Dispõe sobre o reconhecimento, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, do risco da atividade de atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas". A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por maioria, à emenda substitutiva integral, tendo como relator o Deputado Lidio Lopes. A Comissão de Segurança Pública e Defesa Social emitiu parecer favorável, por maioria, à emenda substitutiva integral, tendo como relator o Deputado Barbosinha. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 417/2021, de autoria dos Deputados João Henrique e Coronel David.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?



DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente, com todo respeito aos autores do projeto, mas o meu entendimento com relação ao mérito do projeto é outro. Eu sou pela paz. Portanto, voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz? Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID – Senhor Presidente, antes de defender o mérito da matéria, altamente adequada, considerando o tempo que vivemos, eu gostaria de agradecer ao autor originário do projeto, o Deputado João Henrique, que nos permitiu a coautoria — o projeto do Capitão Contar, que trata do mesmo assunto, está também apensado. Obrigado ao Deputado Barbosinha, que foi extremamente técnico na elaboração do parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, como o foi também logo depois da emenda apresentada. E dizer, Senhor Presidente, que é uma vitória; é uma vitória dos atiradores desportivos de Mato Grosso do Sul a aprovação desse projeto pela Assembleia Legislativa, porque reconhece o risco da atividade e acaba facilitando a obtenção do porte de arma, com a observância das disposições da lei federal que trata da matéria. Entendemos que a emenda apresentada pelos Deputados não acrescentou nada nem modificou a essência do texto. Portanto, mais uma vez agradeço ao companheiro, ao amigo, ao colega de partido, o Deputado João Henrique, a possibilidade de figurarmos como coautores. Em essência, Senhor Presidente, apesar de outros entendimentos aqui desta Casa, o que resta estabelecido é que a arma é, sim, um instrumento de defesa do cidadão. Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO – Senhor Presidente, declaração de voto. Essa é uma oportunidade, até para quem nos assiste, de esclarecer a diferença entre o voto na Comissão de Constituição, Justiça e Redação e o voto no mérito. Eu fui o único voto vencido na CCJR (entendo que a matéria é da competência da União).



Porém, no mérito, como já mencionei, acredito que é uma atividade de risco; se a pessoa precisa portar uma arma, transitar com a arma, às vezes de alto calibre, dentro do carro, isto é, sim, um risco — alguém pode, por exemplo, tentar roubá-la, etc. Portanto, no mérito, no meu entender trata-se de uma atividade de risco, em que pese ter sido contrário quanto à constitucionalidade. Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES – Senhor Presidente, quero em primeiro lugar parabenizar os autores, Deputado João Henrique, Deputado Coronel David, Deputado Capitão Contar — gostaria de ter participado também desse importante projeto. Segundo consta da justificativa do projeto, reconhece-se a atividade como sendo de risco porque essas pessoas correm grande perigo de serem atacadas, especialmente pelo fato de armazenarem e transportarem armas e munição, bens altamente cobiçados pelos criminosos. Então é muito necessário que essas armas e munições estejam nas mãos das pessoas corretas; até porque, para tirar um porte de arma, para ter esse direito, é necessário todo um preparo (avaliação psicológica, etc.). Sem dúvida nenhuma, esta é uma atividade de risco, e, como disse, é melhor que isso fique nas mãos de pessoas corretas do que na mão de criminosos. A esquerda, durante o período em que governou o País, desarmou o cidadão de bem e facilitou a vida do criminoso, para que só este último tivesse a prerrogativa de andar armado. O criminoso tem de correr o risco também; por ora, só quem corre risco é o cidadão de bem. O criminoso precisa ter aquela dúvida ao abordar alguém no trânsito, se sua vítima está armada ou não. Parabéns aos autores! Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique, com o mandato "em movimento"?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Senhor Presidente, declaração de voto. A aprovação desse projeto visa a ajudar a armar o cidadão de bem. Armar o cidadão é acabar com as invasões ilegais, é diminuir a criminalidade, é fazer prevalecer o nosso direito de propriedade; lembrando, que um povo armado jamais será escravizado. Esse projeto é um tiro de advertência no comunismo e na mão leve que assaltou este País. Por isso, Senhor Presidente, eu proponho uma salva de tiros, uma salva de "sins". Voto sim. [*som de tiros disparados*]...

PRESIDENTE - Não se pode fazer isso!... Houve um exagero... Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Senhor Presidente, eu também subscrevi esse projeto. Entendo que a medida é de suma importância, haja vista que, quando se desarmou a população brasileira, gerou-se também uma insegurança muito grande. Os bandidos sabem que o cidadão de bem anda desarmado. À medida que as



pessoas vão voltando a portar arma, isso vai complicando o quadro do banditismo. Nós temos visto aí vídeos mostrando gente perdendo a vida por causa de celular ou por outra banalidade qualquer. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima? Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Declaração de voto.

PRESIDENTE - Declaração de voto do Deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE - Senhor Presidente, primeiro quero dizer que isto aqui é um Parlamento, é um foro democrático, a gente vota sim, vota não, e tanto um voto quanto o outro têm de ser respeitados. Eu voto não, e bem grande. E quero dizer que eu não assaltei o País... Quero saber se o Deputado que atirou tem porte de arma... Ele disse que vota sim "contra as pessoas que assaltaram o País". Eu não sou comunista, eu não assaltei o País. Convivo aqui numa boa com todo mundo, com o Coronel David, por exemplo, meu amigo de longa data, com o Contar... Nós discordamos mas nos respeitamos. Para que isso?!... Para que essa agressão?... Quer dizer que quem vota contra é bandido, é comunista, assaltou o País?!... Pena ele não estar presente, para fazer o debate aqui. Acho completamente desnecessário esse gesto, ofensivo... já há tanta violência por aí. E não é só a violência física: às vezes as palavras agredem muito mais. Eu me senti agredido. Eu votei favorável no aspecto constitucional, com a emenda que apresentei, mas não me sinto confortável ao ser agredido por causa do meu voto. Pode-se discordar à vontade do meu voto, aliás fazemos isso todo dia aqui, que esta é a essência do Parlamento, é sua razão de ser. É isto ou se tem de vir armado aqui, dar tiro, ir às vias de fato com quem discorda?!... O que nós vimos aqui é uma incitação à violência, é incitar à violência desnecessariamente. Qual é a lógica disso?!... Desculpe-me o desabafo, Senhor Presidente, estou aqui pela terceira vez e jamais tinha visto semelhante cena. Já briguei com muita gente, sou um cara combativo, já discuti, debati: nunca vi isso!



Repudio veementemente esse tipo de voto. Ninguém vai me intimidar aqui. Tenho as minhas convicções e exijo que ser respeitado, assim como respeito quem pensa diferente de mim; convivo com todos de forma pacífica. Tenho amigos com quem já debati aqui fortemente: Marun, Eduardo Rocha... Vamos incentivar o debate, a democracia. Chega de violência, chega de violência! O País, o mundo está cansado de violência, de guerra, não é assim que se resolve o problema, dando uma de machão. Ninguém é mais homem do que ninguém, ninguém é mais mulher, mais ser humano que ninguém. Eu exijo respeito aqui! Fui desrespeitado no meu voto e não admito. Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Declaração de voto. Primeiro, Senhor Presidente, eu quero me dirigir diretamente ao Deputado João Henrique. Vossa Excelência foi ridículo! Foi ridículo e desrespeitou o Parlamento. Nós estamos numa sessão do parlamento sul-mato-grossense, isto aqui não é um teatro!... Eu acho que as pessoas estão confundindo as coisas. Da próxima vez, se o senhor quiser aparecer, pendure uma melancia no pescoço. Eu me senti agredido, o Parlamento foi agredido. Foi um teatrinho o que Vossa Excelência fez. Segundo: nós temos assuntos mais importantes para debater do que as armas, como a fome, a miséria, o desemprego, a violência contra a mulher, a "LGBTfobia" (hoje é o Dia de Combate à LGBTfobia). Milhares, centenas de pessoas LGBTs estão sendo assassinadas, porque nós estamos neste País do Bolsonaro, que flexibilizou o uso de armas, que incentiva o uso de armas. Arma na mão do cidadão nunca significou segurança! Ontem um rapaz, filho de uma secretária, lá no Município de Jardim, estava com uma arma na mão, e apontou para o policial... O que aconteceu? Ele morreu! foi morto pelo policial. É isso que acontece num País onde se liberam armas, como nos Estados Unidos, onde as pessoas compram arma na feira, compram arma na quitanda. Depois, os débeis mentais entram nas escolas e saem atirando em todo mundo; as pessoas que não têm equilíbrio emocional entram no supermercado e atiram em todo mundo, matam dez, quinze... É esse o Brasil que nós queremos?!... Por isso eu vou votar contra. Não tenho o menor interesse nessa discussão de facilitar o uso de arma. E acho que o Deputado João Henrique deveria pedir desculpas pelo seu gesto. Isto aqui é uma coisa séria, é uma instituição da democracia, não é um lugar compatível com teatrinho de quem quer aparecer! Depois vem falar de comunismo... Deputado, volte para a escola, vá estudar o que é comunismo! veja se algum dia nós tivemos comunismo no Brasil. Só na cabeça de Vossa Excelência e daquele energúmeno que está sentado na cadeira de presidente. Esse é um discursinho para amedrontar as pessoas. No Brasil nunca houve comunismo e nunca vai haver.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Presidente: é voto.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto não.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Eu gostaria que ele se ativesse ao projeto, sem fazer ofensas a quem não está aqui para se defender.



DEPUTADO PEDRO KEMP - Deputado, uma coisa não está desligada da outra. A situação que nós estamos vivendo no País é em função desse presidente, que incentiva o uso de armas; ele desdenhou da pandemia e o resultado foi esse de seiscentos e sessenta e cinco milhões de mortos: uma coisa não está desligada da outra. Mas eu voto um não bem grande, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo? Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Senhor Presidente, essa discussão tem dois aspectos. Uma situação é a da pessoa de bem, que tem condições psicológicas de usar arma. Outra coisa é o uso da arma pelo bandido, que ataca a pessoa que não pode se defender nem proteger seu patrimônio. Quando o nosso saudoso amigo, o Coronel Adib Massad, assumiu o comando da nossa região, isto aqui era um verdadeiro desastre, graçava o desrespeito, em especial com o setor produtivo; produtores amanheciam amarrados em moirão de cerca, os criminosos roubavam todas as máquinas, caminhões, tratores, etc., para levar e vender no país vizinho. Eu fui testemunha ocular disso aí: entraram na minha fazenda e roubaram um trator de esteira, roubaram um caminhão, roubaram uma caminhonete, a ainda por cima me mandaram uma carta me ameaçando de morte, a mim e a meu filho. Eu acho que se o produtor rural não tiver o direito de ter uma arma na fazenda, ele estará totalmente indefeso, inerte. Claro que antes de conceder o porte, é preciso fazer um exame psicológico no indivíduo, ele tem de estar preparado. É preciso um treinamento prévio de tiro para o sujeito poder portar arma de fogo, para que este não corra o risco de tirar a vida de uma pessoa por um motivo fútil qualquer. Mas eu sou 100% favorável a que o produtor, dentro da sua propriedade, tenha lá suas armas. Os produtores devem orientar seus funcionários, treiná-los, submetê-los a exame psicológico, etc. Eles têm o direito de defender seu patrimônio. Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito o resultado da mesma ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezesseis votos favoráveis e três votos contrários.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Queria apenas agradecer os votos favoráveis ao projeto, e deixar bem claro às pessoas que acompanham a sessão: não



se deixem contaminar pelas palavras ditas aqui pelo Deputado Pedro Kemp, que fugiu à discussão do projeto, fez considerações estranhas ao seu objeto. O projeto diz muito claramente que apenas no caso dos atiradores desportivos se reconhece o risco da atividade, sem contar que o texto observa as diretrizes da legislação federal que regem a matéria: nada mais do que isso. É importante, Senhor Presidente, dizer que esse projeto não é um salvo-conduto para que qualquer cidadão possa utilizar arma sem critério. A flexibilização do uso de armas, que ocorre por determinação do Presidente Bolsonaro, em consequência da legislação aprovada no Congresso, continua ainda obedecendo aos critérios estabelecidos na lei: deixo bem claro isso. Somente isso, Senhor Presidente, e mais uma vez agradeço aos Deputados que votaram favoravelmente ao projeto, que homenageia os atiradores desportivos de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE - Item 2. Projeto de Lei nº 100/2022. Autor: Deputado Felipe Orro... Retirado de pauta por motivos regimentais. Item 3. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2022. Autor: Deputado Paulo Corrêa. "Dispõe sobre diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Cicloviário do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à emenda substitutiva integral, tendo como relator o Deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 100/2022, de autoria do Deputado Paulo Corrêa.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz? Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?



DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim e parabenizo Vossa Excelência pela iniciativa: o projeto é importante e muito atual.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique? Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO – Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Senhor Presidente, esse é um tipo de projeto que dá gosto de votar. Eu sou um entusiasta do pedal, da *bike*, da bicicleta, pedalo com frequência. Andar de bicicleta é um exercício maravilhoso: é recreativo, faz muito bem para a cabeça, tira o estresse, e também é um veículo de transporte para muitos trabalhadores. Eu apresentei um plano cicloviário aqui para a minha Cidade de Dourados, quando era vereador. Pedi que a prefeitura o implantasse mas isto não foi feito. Admiro muito Campo Grande, porque Campo Grande tem um espaço muito bom para a prática da bicicleta; quando estou na Capital, utilizo a ciclofaixa: este é o futuro. Ontem mesmo saiu uma reportagem no *Jornal Nacional* da Globo sobre isso, falando exatamente sobre o aumento das pessoas nas ruas utilizando a bicicleta. Parabéns a Vossa Excelência! Voto com muito gosto e assino embaixo. Voto sim.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

DEPUTADO GERSON CLARO - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE - Em tempo, como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Agradeço aos colegas que votaram comigo. Encerrada a votação. Solicito o resultado da mesma ao Senhor Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - São dezenove favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Mais uma vez agradeço aos Senhores Deputados por me haverem apoiado nesse projeto. Em estando presente à Sessão o Deputado Felipe Orro, vamos então ao item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 100/2022. Autor: Deputado Felipe Orro. "Denomina 'Jonas Lopes de Souza' a ponte sobre o Córrego Pedro Gomes, localizada na Rodovia MS-215, no Município de Pedro Gomes". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 100/2022, de autoria do Deputado Felipe Orro.



Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz? Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim, agradecendo o apoio dos colegas.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique? Como vota o Deputado Lidio Lopes?



DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Solicito o resultado da votação ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezoito favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 08/2022. Autora: Mesa Diretora. "Reconhece, para os fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do



estado de calamidade pública no Município Batayporã, em virtude de 'situação de emergência', afetado por um desastre classificado e codificado como 'chuvas Intensas'. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o Deputado Evander Vendramini. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 08/2022, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito o resultado da mesma ao Senhor Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 212/2020. Autor: Deputado Capitão Contar. "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.416, de 16 de outubro de 2013, que dispõe sobre o acesso à informação, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o Deputado Marçal Filho. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o Deputado Márcio Fernandes. Em discussão.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Para discutir, Presidente, um minutinho apenas.

PRESIDENTE - Para discutir, o Deputado Capitão Contar, autor do projeto.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Presidente, esse projeto de lei altera e acrescenta alguns dispositivos à Lei nº 4.416, que é aquela que dá acesso a informação no âmbito de Mato Grosso do Sul. Então, embora a emenda apresentada pelo então Deputado Eduardo Rocha tenha retirado alguns pontos do texto original que eu havia proposto, ainda se mantêm alguns pontos importantes, no intuito de aperfeiçoar a transparência pública: incluímos os convênios no rol de acesso às informações bem como as notas de empenho, itens que não constavam no texto original. Incluímos também a possibilidade de encaminhar a solicitação do requerente aos órgãos ou entidades públicas competentes, caso lhe seja sonogada a informação. Então, com essas singelas alterações, em que pese o texto haver sido um pouco desidratado pela emenda, a gente continua aperfeiçoando o projeto em busca de uma transparência maior.

PRESIDENTE – Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 212/2020, de autoria do Deputado Capitão Contar.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.



Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Começo então pelo Deputado Capitão Contar. Como vota Vossa Excelência?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR – Voto sim, e peço o apoio dos colegas.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES – Voto sim.



PRESIDENTE – Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP – Senhor Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Capitão Contar. Eu acho que tudo aquilo que vem para aprimorar a lei de acesso à informação, para dar mais transparência aos atos da administração pública, é bem-vindo. Voto sim.

PRESIDENTE – Agradeço, Deputado...

DEPUTADO PAULO DUARTE – O que demonstra que projeto não tem direita, esquerda, centro: projetos bons são projetos bons.

PRESIDENTE – Perfeitamente, nobre Deputado. Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA – Voto sim.



PRESIDENTE – Encerada a votação. Solicito ao Segundo-Secretário que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO – Senhor Presidente são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE – Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emenda. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 110/2021. Autor: Deputado Evander Vendramini. "Insere parágrafo ao artigo 1º da Lei Estadual nº 5.163, de 20 de março de 2018, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relator o Deputado Professor Rinaldo. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 110/2021, de autoria do Deputado Evander Vendramini.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário – Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI – Senhor Presidente, agradeço os votos dos pares. Essa é uma solicitação do Conselho dos Profissionais de Odontologia



e tem o apoio da Deputada Mara Caseiro, que nos ajudou com emendas, com ideias, vários Deputados nos apoiam — a participação de todos é importante, aliás. Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES – Presidente, esta é uma demanda antiga dos profissionais da Odontologia, eu parabeno o Deputado Evander Vendramini pela iniciativa. A saúde deve ser olhada de uma forma sistêmica, e, sem dúvida nenhuma, esse profissional, o dentista, precisa estar inserido nesse contexto. Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Jamilson Name? Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO – Agradecendo a deferência do Deputado Evander Vendramini, por ser eu dentista também. É preciso reconhecer a importância da presença desses profissionais nas UTIs, isto diminui muito a probabilidade do avanço das infecções. Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE – Eu estava ouvindo o nosso experiente Coronel David, que me dava uma orientação. Voto sim, por orientação do Deputado Coronel David.



PRESIDENTE – Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP – Senhor Presidente, é importante a votação dos pares, e dos *ímpares*, para que o projeto seja aprovado. Então, como ímpar nesta Casa, voto sim.

PRESIDENTE – Como Vossa Excelência sabe que Vossa Excelência é ímpar?

DEPUTADO PEDRO KEMP – Basta contar... Um, dois, três. Três é ímpar.

PRESIDENTE – O senhor é o vinte e um da listagem aqui dos Deputados.

DEPUTADO PEDRO KEMP – Vinte e um é ímpar também.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Professor Rinaldo? Como vota o Deputado Renato Câmara? Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA – Voto sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO – Voto sim.

PRESIDENTE – Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE – Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE – Em tempo, como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE – Voto sim.

PRESIDENTE – Solicito o resultado da votação ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO – São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.



PRESIDENTE – Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 7. Em discussão única e votação simbólica: dois requerimentos, doze indicações, uma moção de aplauso e sete moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 8. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria da Casa, em razão do falecimento da Senhora Nelci Chaia. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente...

DEPUTADO LIDIO LOPES – Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE – Pois não.

DEPUTADO LIDIO LOPES – Presidente, antes de Vossa Excelência encerrar a parte das moções de pesar, eu gostaria de registrar on-line aqui uma moção de pesar.

PRESIDENTE – Posso concluir aqui, Deputado? Porque essa moção ainda não está no sistema. Perdoe-me. Já concluo e passo a palavra para Vossa Excelência. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Raimundo José da Silva. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do Senhora Maria Aparecida Brito dos Santos. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Com a palavra, pela ordem, para apresentar uma moção de pesar no item 8, o Deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES – Obrigado, Presidente. A moção de pesar é em razão do falecimento do Pastor Juraci Camilo dos Reis, que foi presidente da Assembleia de Deus, no Município de Sonora, e faleceu no dia 12 de maio próximo passado. Ele deixou esposa, a Senhora Gersa Rodrigues dos Reis, e o seu filho Pastor Evilácio. É com pesar, portanto, que transmito à família os meus sentimentos. Era um grande amigo, de ilibada reputação, conduta exemplar, e nos deixa realmente saudades. Registro também, Senhor Presidente, uma moção de pesar direcionada aos familiares do Pastor Carlos Lima da Silva, que faleceu sábado passado. Deixa esposa, a Sandra Sandra Vieira Rodrigues da Silva, e a filha Ester Rodrigues da Silva. O Pastor Carlos foi empresário do transporte, foi presidente do Sindicato dos Funcionários de Transporte Coletivo de Campo Grande. Infartou em cima do púlpito, sentiu uma dor, só deu tempo de retirar-se para um canto, e o infarte foi fulminante. Deixa muita saudade, deixa uma história, deixa um legado. Recebam os familiares as nossas condolências através dessa moção de pesar. Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO – Um aparte, Deputado?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Pois não.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Vossa Excelência está se referindo ao Carlos Lima, que foi presidente do Sindicato de Transporte Coletivo?

DEPUTADO LIDIO LOPES – Exatamente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO – Oh, Lidio. Você sabe que eu fui cobrador de ônibus, tive uma relação estreita de amizade com todo o pessoal do transporte coletivo... Estou sabendo disso agora, e gostaria que Vossa Excelência me autorizasse a subscrever a moção — é com tristeza que digo isso.

DEPUTADO LIDIO LOPES – Com certeza, Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO – Foi ontem?...

DEPUTADO LIDIO LOPES – Faleceu no sábado, durante num culto de Santa Ceia de setor.

PRESIDENTE – Eu gostaria de fazer também aqui uma moção de pesar aos familiares do Pedro Henrique Evangelista Bahia, filho da Secretária de Desenvolvimento Econômico e de Cultura do Município de Jardim, Delaine Evangelista Bahia. Estamos consternados com essa perda. Isso me foi passado pela nossa Prefeita de Jardim, Doutora Clediane. Gostaria de fazer também esse registro aqui; peço por favor à assessoria da Mesa que providencie o necessário.

DEPUTADO BARBOSINHA – Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE – Deputado Barbosinha, com a palavra, pela ordem.

DEPUTADO BARBOSINHA – Presidente, já que Vossa Excelência e o Deputado Lidio apresentaram essas moções, eu gostaria que Vossa Excelência acolhesse também uma moção de pesar que estou apresentando pelo falecimento do Senhor Natalino Aparecido de Barrios, o conhecidíssimo Natal de Barros, lá da nossa querida Ivinhema. Seu Natalino faleceu no dia 15 de maio de 2022. Era radialista, popularmente conhecido como Natal de Barros, tinha sessenta e três anos de idade; nasceu em Pacaembu, no interior de São Paulo; foi eleito vereador pelo Município de Ivinhema em 2012, e iniciou sua carreira em Ivinhema nos anos 1980. Dono de um timbre marcante de voz, com uma criatividade extraordinária, muito à vontade ao abordar qualquer assunto, ele se destacou no meio da comunicação; passou pelas Rádios Piravevê AM, Difusora AM, Ativa FM, e pela Guavira FM do nosso amigo Renato Câmara. Envio aqui os meus sentimentos aos familiares, especialmente à sua filha Rosa Barros, por essa lamentável perda, desse paulista de nascimento, desse sul-mato-grossense de coração, que foi o meu querido amigo Natal de Barros. Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Felipe Orro com a palavra.



DEPUTADO FELIPE ORRO - Senhor Presidente, se Vossa Excelência me permitir, gostaria de assinar a moção de pesar aos familiares do jovem Pedro, que estudou inclusive com meu sobrinho.

PRESIDENTE - Claro, com muita honra, Deputado. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Primeiro inscrito nas Explicações Pessoais, o Deputado Zé Teixeira. Depois, o Deputado Professor Rinaldo e Deputado Barbosinha. Estão inscritos nas Explicações Pessoais o Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Amarildo Cruz. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Zé Teixeira com a palavra, nas Explicações Pessoais. Antes, porém, solicito ao Deputado Paulo Duarte que assuma a direção dos trabalhos, porque tenho um compromisso na Presidência neste momento. Por favor, Deputado Zé Teixeira, Vossa Excelência está com a palavra.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Senhor Presidente, eu gostaria de deixar registrado aqui em nossa Casa de Leis um fato ocorrido no Município de Jardim: o falecimento de um jovem de vinte e quatro anos, filho de um grande amigo meu, Lourivaldo Bahia Neto Sobreiro, pessoa distinta, e neto do Seu Pedro. Houve um desentendimento num pátio, num bairro, no final da madrugada, e esse jovem acabou sendo assassinado por policiais que estavam no local à paisana. Há pouco se falava aqui do projeto relativo à flexibilização do armamento... Na minha visão, têm ocorrido muitos crimes cometidos por policiais, não obstante esses profissionais terem, creio eu, passado por um curso, por exame psicológico e tal, para poderem ingressar na carreira. Eu vi os vídeos, vi os comentários, soube das conversas, ouvi também o que diz a família. Aliás, eu conheço a família há anos, conheço há anos o Seu Pedro (mora aqui na região da Grande Dourados), avô do jovem Pedro, que morreu; o Lourivaldo é secretário no Município de Jardim, da nossa Prefeita Cleidiane. Quero deixar aqui os meus sentimentos à família. É lamentável que a vida de um jovem de vinte quatro anos seja ceifada por um desentendimento banal, a julgar pelos vídeos que retratam o ocorrido. E a gente fica aqui imaginando quantos mais não terão sua vida ceifada por causa de um desequilíbrio emocional momentâneo, por causa de um despreparo de certos policiais. O policial, em razão da sua função, tem o direito de portar a arma fora do horário de trabalho... e infelizmente acontecem essas fatalidades. Ainda agora falava com o avô, o Seu Pedro (o pai, como disse, é o Lourivaldo), conversei muito também com a Prefeita Cleidiane: foi um abalo terrível na Cidade de Jardim. Não resta muito o que fazer a não ser lamentar, e pensar em alguma medida de prevenção para que esses episódios — em especial com policial fora do expediente — não voltem a se repetir. É curioso, porque uma pessoa que nunca cometeu crime, de repente, por um simples desentendimento, banal, perde as estribeiras e comete um desatino.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Deputado, Zé Teixeira, me permite um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Um minutinho, já vou concluir... Este é um assunto muito delicado, é muito triste ver a vida de um jovem ceifada prematuramente por questões banais, e pior ainda: perde a vida pelas mãos de um policial, que psicologicamente deveria estar preparado para reagir adequadamente numa tal



situação. Eles estavam em três policiais, bem poderiam ter desarmado o moço, nada disso precisava ter acontecido; deveriam saber que o jovem muitas vezes exagera, passa dos limites: é coisa de jovem... Era um contra três policiais; o vídeo mostra, na minha visão, um desequilíbrio danado da parte dos policiais. Concedo o aparte ao Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Primeiro, quero agradecer pela concessão do aparte. Eu estive lá, Deputado Zé Teixeira, na noite anterior, na sexta-feira, num evento na praça. Eu conversei com a mãe desse jovem, que é a Delaine, secretária do município. Fiquei muito triste pelo ocorrido, sem querer aqui entrar no mérito da questão, lamento profundamente esse trágico desfecho. E gostaria, com a sua permissão, de ser também signatário dessa moção de pesar aos familiares e a toda a população de Jardim, Deputado Zé.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Com certeza, Deputado Rinaldo... A situação é muito triste; eu fico comovido, eu que sou pai, sou avô, sou amigo do Seu Pedro, amigo do Lourivaldo, amigo da mãe do rapaz também, secretária da nossa Prefeita Clediane. Isso deixou a cidade inteira abalada. O que eu lamento muito também é o descontrole emocional que gerou essa situação. Não há mais o que reparar: nós temos é que prevenir daqui para frente. As pessoas que fazem o curso de policial, os testes psicológicos, precisam se aplicar mais nesses exames, precisam de um maior controle emocional diante de semelhante situação — nesse caso, os policiais pareciam não ter equilíbrio. Está certo que o menino estava armado, mas dizem que a arma nem tinha bala, não sei se isto procede ou não. Os comentários em torno do assunto você não pode afirmar: você pode dizer que ouviu falar... Eu quero, então, deixar aqui o registro dos meus sentimentos, e lamentar a perda de um jovem de vinte e quatro anos, de uma família ligada à gente há anos, do setor da pecuária — Seu Pedro saiu daqui há anos, foi lá para Jardim, constituiu uma família maravilhosa, teve seus filhos, pessoas distintas, geradoras de emprego, gente trabalhadora, como era o menino Pedro. Transmito, então, os meus sentimentos à família. Esses ocorridos têm de terminar, precisamos encontrar um meio de impedir episódios assim. Quando o desentendimento é entre pessoas leigas, sem controle emocional, isso aí é até compreensível; agora, quando a coisa é com policiais à paisana, fora do horário de serviço — deviam estar bebendo no mesmo boteco também —, é inaceitável. Inaceitável mas infelizmente aconteceu. Ficam os nossos sentimentos ao Seu Pedro, à mãe, a toda a comunidade de Jardim. Realmente a cidade hoje está em estado de comoção, lamentando este ocorrido trágico: um jovem tem sua vida ceifada. Era só isso que eu tinha, Senhor Presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Obrigado, Deputado Zé.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Deputado Zé Teixeira. O próximo inscrito, nas Explicações Pessoais, é o Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Presidente em exercício, Deputado Paulo Duarte, colegas. Pedi a palavra apenas para apresentar um projeto de



lei que dispõe sobre a isenção em concurso público para os jurados que fizerem parte do conselho de sentença do Tribunal do Júri de Mato Grosso do Sul. Gostaria de dizer, Deputado Paulo, que aqui no Estado a isenção em concurso público já é realidade para os mesários convocados pela Justiça Eleitoral — eles são chamados de dois em dois anos, através da Lei nº 5.386/2019; é realidade também para os doadores de medula óssea, em face da Lei nº 4.827/2016, de nossa autoria. Portanto, apresento esse projeto de lei justamente porque sei da importância desses homens e dessas mulheres selecionados da sociedade: para fazer parte do corpo de jurados, é preciso ser gente de bem. Eu mesmo já tive a experiência de trabalhar algum tempo nessa área. Gostaria então que esse projeto fosse apreciado pelos meus colegas Deputados. É o que tinha, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Deputado Professor Rinaldo. Agora o último inscrito nas Explicações Pessoais, nosso querido Deputado Barbosinha. A palavra está com Vossa Excelência.

DEPUTADO BARBOSINHA - Meu prezado Presidente em exercício, Deputado Paulo Duarte, competente Parlamentar desta Casa Legislativa. Eu tenho aqui, Presidente, duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, ao Senhor Renato Marcílio da Silva, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agesul, solicitando a destinação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica da Rodovia MS-245, no trecho (de aproximadamente setenta e oito quilômetros, começando na BR-163) que interliga os Municípios de Bandeirantes e Ribas do Rio Pardo. Atendo assim a uma demanda que me foi encaminhada pelo competente Vereador Mário José de Souza, lá do Município de Bandeirantes. A pavimentação da MS-245 vai tornar a ligação entre esses dois municípios muito mais rápida, vai fortalecer o setor produtivo, lembrando que cresce muito o desenvolvimento nessa região. Esperamos que esta medida seja incluída no calendário de obras do Estado. Por último, registro uma indicação endereçada ao Ministro de Estado de Saúde, Senhor Marcelo Antônio Cartaxo Lopes, ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, e ao Senhor Flavio da Costa Britto Neto, Secretário de Estado de Saúde, solicitando a destinação de recursos financeiros para a aquisição de três veículos para o transporte de equipes das Unidades de Saúde da Família, lá do Município de Costa Rica. Atendo aqui a um pedido que me foi encaminhado pelo competente Prefeito do Município de Costa Rica, Doutor Cléverson Alves dos Santos, delegado de Polícia Civil, em razão de ter o Ministério da Saúde lançado, no dia 6 de janeiro do corrente ano, o Programa "Cuida Mais Brasil", pelo qual o Governo Federal irá repassar, neste primeiro ano do programa, cento e noventa e quatro milhões para a atuação de pediatras, ginecologistas e obstetras junto às equipes de saúde da família, para atenção primária. Essa proposição visa a garantir a aquisição de três veículos de passeio para o transporte das equipes das Unidades de Saúde da Família, que realizam um extraordinário trabalho assistindo a população do Município de Costa Rica. Eram essas, meu caro Deputado Paulo Duarte, as indicações que eu tinha nesta manhã. Muito obrigado.



PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Deputado Barbosinha. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. Obrigado (11h24min).